REQUERIMENTO DE CERTIDÃO Liberatória para Recebimento de Transferência de Recursos (CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE)

|  |
| --- |
| **ENTE REQUERENTE**  |
| DENOMINAÇÃO | CNPJ |
|  |  |
| ENDEREÇO  |
|  |
| **AUTORIDADE REPRESENTANTE DO REQUERENTE (**cadastrado noe-CJUR**)** |
| NOME COMPLETO |
|  |
| CARGO OCUPADO | RG (Número e Emissor) |
|  |  |
| CPF | TELEFONE (s) | CEP |
|  |  |  |
| ENDEREÇO  |
|  |
| E-MAIL |
|  |
| **REPRESENTANTE LEGAL DA AUTORIDADE (**cadastrado no e-CJUR**)** |
| NOME |
|  |
| RG | CPF | TELEFONE |
|  |  |  |
| ENDEREÇO  |
|  |
| CEP | E-MAIL |
|  |  |
| **REQUERERIMENTO**  |
| Solicitamos a emissão, conforme requisitos comprovados em declaração e documentos anexos, a ***Certidão Liberatória para Recebimento de Transferência de Recursos***, através de convênio ou contrato de repasse, considerando a regularidade de nossas obrigações perante esse Tribunal de Contas, em face às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. |
| Local: | Data: | Assinatura (digital): |
| **DOCUMENTOS ANEXOS**  |
| (assinalar o documento e remeter digitalizado)⬜ Comprovante de entrega do RREO 6º Bimestre do último exercício fechado.⬜ Comprovante de entrega do RGF 3º Quadrimestre ou 2º Semestre do último exercício fechado (Poder Executivo).⬜ Comprovante de entrega do RGF 3º Quadrimestre ou 2º Semestre do último exercício fechado (Poder Legislativo). Para o Estado, incluir Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público.Segue abaixo as Declarações da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23 obtidas no link: <http://www.tce.ms.gov.br/portaljurisdicionado/conteudos/lista/5/15/616>⬜ Declaração de Divulgação da Execução Orçamentária e Financeira por meio eletrônico de acesso ao público (art. 29, inciso XV, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração de Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle (art. 29, inciso XVI da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração das Despesas de Caráter Continuado Derivadas do Conjunto das Parcerias Público Privadas (art. 29, inciso XX, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração de Regularidade no cumprimento do limite das dívidas consolidada e mobiliária (art. 29, inciso XXIX, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração de Regularidade no cumprimento do limite de inscrição em restos a pagar (art. 29, inciso XXX da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração de Regularidade no cumprimento do limite de despesa total com pessoal de todos os Poderes e Órgãos (art. 29, inciso XXXI, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração de Regularidade na contratação de operação de crédito com instituição financeira (art. 29, inciso XXXII, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração de Regularidade na destinação dos precatórios correspondentes ao rateio dos percentuais (art. 29, inciso XXXIII, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração de Impossibilidade de emissão das certidões de regularidade no pagamento de precatórios judiciais (art. 29, § 6º, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Declaração do Ente que não possui precatórios correspondentes ao rateio dos percentuais (art. 29, § 16, da Portaria Conjunta MGI-MF-CGU nº 33 de 30/08/23)⬜ Ato de delegação ao representante legal, cadastrado no e-CJUR, se houver.⬜ Procuração a Advogado representante, se houver.  |